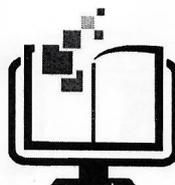




PREFEITURA DE
IBIPORÃ



**SECRETARIA
MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO**

**TERMO DE FOMENTO Nº 001/2021/SME
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2021**

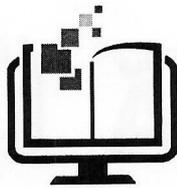
Termo de Fomento que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IBIPORÃ por meio da Secretaria Municipal de Educação e a FAUEL – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, para a transferência de recursos financeiros, visando à oferta de implantação do ensino bilíngue no Município de Ibiporã, mediante as cláusulas e condições seguintes:

O **MUNICÍPIO DE IBIPORÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 76.244.961/0001-03, com sede na Rua Padre Vitoriano Valente, nº 540, Centro, Ibiporã/PR, CEP 86.200-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal JOSÉ MARIA FERREIRA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 751.203-1, inscrito no CPF nº 063.256.379-68, residente e domiciliado na Rua Padre Vitoriano Valente, nº 2001, Jardim Boa Vista, Ibiporã/PR, CEP 86.200-000, e a **FAUEL – FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, inscrita no CNPJ nº 03.061.086/0001-50, com sede à Rua Fernando de Noronha, 1426, na cidade de Londrina/PR, neste ato representada pela Diretora-Presidente Sra. GRAÇA MARIA SIMÕES LUZ, inscrita no CPF nº 313.047.709-82, acordam e ajustam firmar o presente TERMO DE FOMENTO, nos termos da Lei Federal 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015 e demais legislações pertinentes, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente TERMO DE FOMENTO tem por objeto a realização de parceria com a **FAUEL - FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA**, visando a oferta de implementação de ensino bilíngue, incluindo seleção de professores, formação de acordo com o parecer 02/2020 do Conselho Nacional de Educação, curso de proficiência linguística, desenvolvimento curricular e criação de material didático de acordo com as necessidades do contexto, conforme detalhado no Plano de Trabalho anexo, o qual será parte integrante e indissociável desta parceria.

1.1 - Serão beneficiados com o presente Termo de Fomento, os professores e alunos da rede municipal de ensino de Ibiporã.



CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Dá-se como valor ao objeto ora pactuado para a presente parceria a importância de **R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)** de forma parcelada conforme Plano de Trabalho anexo.

2.1 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, por meio de transferência eletrônica na conta indicada pela Organização da Sociedade Civil.

2.2 – Ao Município reserva-se o direito de reter os pagamentos à Organização da Sociedade Civil, caso constatadas impropriedades previstas na legislação vigente.

2.3 – Caso não haja comprovação da execução das obrigações estabelecidas, o pagamento será suspenso até sua comprovada regularização.

2.4 – Quando a liberação dos recursos ocorrerem em 03 (três) ou mais parcelas, o repasse da terceira, bem como as demais, ficará condicionado à comprovação das prestações de contas, cujo prazo encontrar-se vencido.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO, MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos destinados à execução do objeto deste TERMO DE FOMENTO serão liberados de acordo com o Cronograma de Desembolso, item constante do Plano de Trabalho, a crédito da conta específica da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL vinculada ao presente Termo.

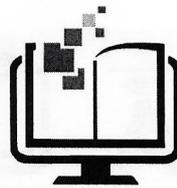
3.1 – A liberação dos recursos financeiros e os procedimentos para a realização das despesas somente poderão ter início após a prévia aprovação do Plano de Trabalho, assinatura do presente TERMO DE FOMENTO e publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município.

3.2 - A liberação de recursos deverá ser anterior à data prevista para a realização da despesa, vedada a antecipação que estiver em desacordo com o cronograma de desembolso, conforme a natureza do objeto da parceria

3.3 – Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

3.4 – Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade da OSC parceira.

3.5 – Enquanto não forem utilizados em sua finalidade, os recursos recebidos deverão, obrigatoriamente, serem aplicados em caderneta de poupança, aberta especificamente para a



execução do plano de aplicação desta parceria, quando a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou aplicá-los em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, se a sua utilização ocorrer em prazo inferior a um mês. Responsabilizar-se ainda por efetivar a aplicação financeira vinculada à mesma conta corrente na qual os recursos financeiros foram creditados pelo MUNICÍPIO, inclusive quando se tratar de caderneta de poupança, cuja aplicação dar-se-á mediante vinculação do correspondente número de operação à conta já existente.

3.6 – Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto deste TERMO DE FOMENTO, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos condicionados à solicitação de alteração do Plano de Trabalho e aprovação pela comissão especial.

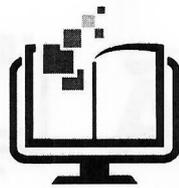
3.7 – A liberação de cada parcela somente será efetuada mediante a apresentação dos seguintes certificados e certidões:

- I. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF);
- II. Certidão de Débitos de Tributos Federais/INSS e a Dívida Ativa da União emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
- III. Certidão Liberatória do Tribunal de Contas;
- IV. Certidão de Débitos com o concedente (Tributária);
- V. Certidão de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual;
- VI. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

3.8 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

- I. Quando houver evidências de irregularidades na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II. Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em relação às obrigações estabelecidas no Termo;
- III. Quando a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ou pelos órgãos de controle interno ou externo;
- IV. Nos casos previstos no parágrafo quarto, obriga-se a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA a suspender a liberação das parcelas subsequentes, e a notificar, de imediato, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para proceder ao saneamento requerido ou cumprir a obrigação, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECURSO FINANCEIRO ORÇAMENTÁRIO



Os recursos financeiros orçamentários necessários para a execução do objeto desta parceria ocorrerão por conta de dotações orçamentárias específicas da Secretaria Municipal de Educação, do exercício de 2021:

Órgão	Unidade	Projeto ou Atividade	Natureza da despesa	Conta Reduzida	Fonte	Valor
06	001	2025	3.3.90.35.00.00	104	104	250.000,00

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DA DESPESA

O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um dos parceiros pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.1 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

- I. Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- II. Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- III. Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
- IV. Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos; e
- V. Contratar para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas apresentada pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

- I. Extrato da conta bancária específica;



- II. Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e número do instrumento da parceria;
- III. Comprovante de recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- IV. Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
- V. Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e
- VI. Relatório de frequência de alunos matriculados.

6.1 – Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

6.2 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

6.3 – A prestação de contas relativa à execução do TERMO DE FOMENTO dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no PLANO DE TRABALHO, bem como dos seguintes relatórios:

- I. Relatório de execução do objeto, elaborado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- II. Relatório de execução financeira do TERMO DE FOMENTO, com a descrição das despesas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no PLANO DE TRABALHO.

6.4 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL considerará ainda em sua análise o seguinte relatório elaborado internamente, quando houver:

- I. Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do TERMO DE FOMENTO.

6.5 – Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019/2014 deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

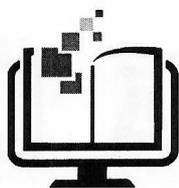
- I. Os resultados alcançados e seus benefícios;
- II. Os impactos econômicos e sociais;
- III. O grau de satisfação do público-alvo;
- IV. A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

6.6 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA observará os prazos previstos na Lei nº 13.019/2014 devendo concluir, alternativamente, pela:

- I. Aprovação da prestação de contas;
- II. Aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou



PREFEITURA DE
IBIPORÃ



**SECRETARIA
MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO**

III. Rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

6.7 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

- I. O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação dos resultados;
- II. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

6.8 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

6.9 – As prestações de contas serão avaliadas:

- I. Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no PLANO DE TRABALHO;
- II. Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
- III. Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
 - a) Omissão no dever de prestar contas;
 - b) Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidas.

6.10 – A prestação de contas deverá ser entregue de forma física, no setor de protocolos da Prefeitura, devendo ser encaminhada aos cuidados da Gestora do Termo de Fomento: a Sra. Josilaine Amancio Corcóvia (Diretora do Departamento de Educação);

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A Organização da Sociedade Civil é responsável nos seguintes termos:

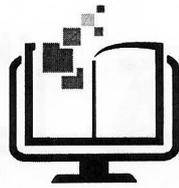
- I. Iniciar a execução do objeto pactuado imediatamente após assinatura do TERMO DE FOMENTO;
- II. Utilizar os recursos financeiros de acordo com o PLANO DE TRABALHO aprovado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, em conformidade com os procedimentos legais, visando o cumprimento do objeto do presente TERMO DE FOMENTO;
- III. Implementar o contido na Cláusula Primeira, na forma da legislação vigente;
- IV. Apresentar relatórios e outros documentos que sejam solicitados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;



- V. Apresentar, previamente à assinatura do TERMO DE FOMENTO e sempre que forem solicitados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, os documentos necessários, dentro do prazo de validade, elencados no artigo 34 da Lei Federal nº 13.019/2014;
- VI. Abrir conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA para receber os recursos provenientes do TERMO DE FOMENTO em conformidade com a Resolução SEFA nº 1.212 de 13 de setembro de 2016;
- VII. Manter os recursos deste TERMO DE FOMENTO em conta bancária específica, somente podendo utilizá-los para pagamento de despesas constantes no PLANO DE TRABALHO, nos termos do art. 45, inciso I, da Lei. 13.019/2014)
- VIII. Restituir ao MUNICÍPIO o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros na forma da legislação aplicável aos débitos junto a Fazenda Estadual:
 - a) Quando não for executado o objeto deste instrumento;
 - b) Quando não for apresentada a Prestação de Contas no prazo estabelecido;
 - c) Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida;
- IX. Anteriormente ao repasse de cada uma das parcelas previstas no PLANO DE TRABALHO, apresentar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA as certidões negativas de regularidade fiscal das esferas federal, estadual e municipal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), certidão negativa de débitos trabalhistas, bem como a comprovação das guias de recolhimento do INSS e FGTS do mês anterior;
- X. Adquirir materiais e serviços somente após a assinatura do TERMO DE FOMENTO, não sendo permitido o pagamento retroativo àquela data;
- XI. Prestar contas dos recursos recebidos de acordo com as regras, prazos e demais condições previstas no Decreto Municipal 138/2017 e Lei Federal 13.019/2014;
- XII. Restituir ao MUNICÍPIO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias a contar da conclusão do objeto, denúncia, rescisão ou extinção deste TERMO DE FOMENTO, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, devidamente atualizados;
- XIII. Manter atualizada a escrituração contábil relativa à execução deste TERMO DE FOMENTO, para fins de fiscalização, acompanhamento e de avaliação dos recursos recebidos;
- XIV. Prestar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, quando solicitado, quaisquer esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos financeiros recebidos por força do presente TERMO DE FOMENTO;
- XV. Responder pelos prejuízos e danos pessoais e materiais que eventualmente venha a causar à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do objeto do presente TERMO DE FOMENTO, correndo exclusivamente às suas expensas os ressarcimentos ou indenizações reivindicadas judicial ou extrajudicialmente;
- XVI. Manter em dia os recolhimentos dos valores devidos ao INSS e ao FGTS, bem como efetuar o pagamento de pessoal e demais obrigações legais;

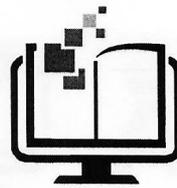


PREFEITURA DE
IBIPORÃ



**SECRETARIA
MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO**

- XVII. Permitir o livre acesso aos Órgãos de Controle Interno, ao Gestor e à Comissão de Monitoramento a Avaliação todos os comprovantes de despesas e registros dos fatos relacionados direta ou indiretamente com o objeto pactuado;
- XVIII. Divulgar em sítio oficial da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, na internet, consulta ao extrato deste TERMO DE FOMENTO contendo pelo menos, os requisitos previstos no parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 13.019/2014;
- XIX. Cumprir em sua integralidade, às exigências do Parecer Técnico e seus anexos;
- XX. Adotar todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento;
- XXI. O Termo de Fomento não contemplará contrapartida financeira por parte da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;
- XXII. A FAUEL na condição de ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL responderá exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
- XXIII. Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;
- XXIV. Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público de modo gratuito, universal e igualitário;
- XXV. Manter em perfeitas condições de uso os equipamentos e os instrumentos necessários para a realização dos serviços e ações pactuadas, através da implantação de manutenção preventiva e corretiva predial e de todos os instrumentais e equipamentos;
- XXVI. Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Fomento;
- XXVII. Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Fomento, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;
- XXVIII. Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Fomento;
- XXIX. Responsabilizar-se pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;
- XXX. Disponibilizar documentos dos profissionais que compõem a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;
- XXXI. Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados e garantir o livre acesso dos agentes públicos, em especial aos designados para a comissão de monitoramento e avaliação, ao gestor da parceria, do controle interno e do Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;
- XXXII. Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldos financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Fomento e aplicadas,



exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas;

XXXIII. Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao Erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;

XXXIV. A responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

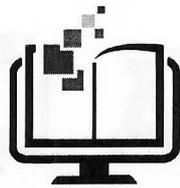
CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

A celebração de contrato entre a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a terceiros, para a execução de serviços vinculados ao objeto deste TERMO DE FOMENTO, não acarretará a solidariedade direta ou subsidiária da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, bem como não constituirá vínculo funcional ou empregatício, ou a responsabilidade pelo pagamento de encargos civis, trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais, comerciais, assistenciais ou outro de qualquer natureza.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO DE IBIPORÃ, por meio do órgão gestor signatário do presente instrumento é responsável, obrigando-se nos seguintes termos:

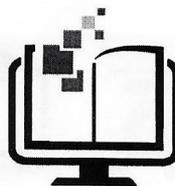
- I. A fiscalização da parceria será exercida pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, através do Gestor, com poderes de controle e fiscalização, com a ajuda dos seus auxiliares, designados pela Portaria n°. 135/2021, bem como a Comissão Especial Permanente de Monitoramento e Fiscalização designada pela Portaria 136/2021, com as seguintes atribuições conforme preconizado no Decreto Municipal 138/2017:
 - a) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
 - b) Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou meta da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
 - c) Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;
 - d) Orientar os servidores responsáveis pela liquidação e pagamento das faturas que verifiquem a presença dos documentos citados no processo antes de executarem a liquidação e o pagamento;



- e) Arquivar juntamente às notas de empenho pelo prazo de 05 (cinco) anos a fim de viabilizar a comprovação de que houve fiscalização pelo Município, suprimindo eventual responsabilidade subsidiária;
- f) Transferir os recursos à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL de acordo com o Cronograma de Desembolso, em anexo, que faz parte integrante deste Termo de Fomento e no valor nele fixado;
- g) Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- h) Comunicar formalmente à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Fomento prazo para corrigi-la;
- i) Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para as devidas regularizações;
- j) Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;
- k) Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Fomento;
- l) Fiscalizar periodicamente os contratos de trabalho que assegurem os direitos trabalhistas, sociais e previdenciários dos trabalhadores e prestadores de serviços da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;
- m) Apreçar a prestação de contas parcial, quando houver, que deverá ser apresentada em até 30 dias após o fim de cada exercício e avaliada pela Administração em até 45 dias;
- n) Apreçar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até 90 dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período, devendo ser analisada pela Administração Municipal em até 120 dias.
- o) Publicar, por meio da Secretaria responsável, o extrato deste Termo de Fomento na imprensa oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO DE FOMENTO vigorará no período de **13 de Agosto de 2021 a 12 de Agosto de 2026**, a contar da data de sua publicação, por extrato, no Diário Oficial do Município, a cargo da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, conforme prazo previsto no PLANO DE TRABALHO para a consecução de seu objeto, podendo ser prorrogado mediante solicitação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA em, no mínimo 30 (trinta) dias antes do término inicialmente previsto.



10.1 – As prorrogações do prazo de vigência deverão ser formalizadas por termo aditivo, a ser celebrado pelos parceiros antes do término da vigência do TERMO DE FOMENTO, a qual ocorrerá somente de forma excepcional e apenas naqueles casos em que a Administração Pública tiver dado causa à liberação dos recursos financeiros, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitando-se o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

10.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA promoverá de ofício a prorrogação do prazo de vigência do presente TERMO DE FOMENTO quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos financeiros, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

A alteração das cláusulas do Termo de Fomento ou do Plano de Trabalho, não poderá alterar o seu objeto.

11.1 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

11.2 – As alterações no Termo de Fomento somente poderão ocorrer com as devidas justificativas e nos casos permitidos pela Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO GESTOR DO TERMO DE FOMENTO

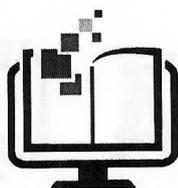
O gestor do Termo de Fomento, designado pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA por ato publicado em meio oficial de comunicação, é o agente público responsável pelo controle, fiscalização e acompanhamento da execução da parceria, competindo-lhe as atribuições previstas no artigo 61 da Lei Federal nº 13.019/2014.

12.1 – A gestora do presente Termo de Fomento será a servidora, a Sra. Josilaine Amancio Corcóvia, com poderes de controle e fiscalização desta parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO MONITORAMENTO, FISCALIZAÇÃO E DA AVALIAÇÃO

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA promoverá monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, com base nas metas e atividades previstas no Plano de Trabalho devidamente acompanhada por um representante designado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

13.1 – Caberá ao gestor do TERMO DE FOMENTO elaborar relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, e o submeter à Comissão de monitoramento e avaliação designada por



Portaria, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

13.2 – O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter os requisitos previstos no § 1º do artigo 59 da Lei Federal nº 13.019/2014.

13.3 - A Comissão Especial Permanente de Monitoramento, Fiscalização e Avaliação é composta pelas servidoras: Josilaine Amâncio Corcóvia, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, exercendo, atualmente, a função de Diretora do Departamento de Educação, e os auxiliares, Luciana Kawahigashi Bressam, ocupante do cargo de professor, e Cintya Wedderhoff Machado, ocupante do cargo de Educador Infantil, lotados na Secretaria Municipal de Educação, conforme Portaria nº. 541/2021, que designou a Comissão Especial de Monitoramento, Fiscalização e Avaliação desta Parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS BENS REMANESCENTES

Para os fins desta parceria, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

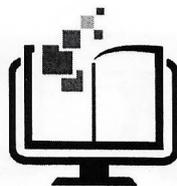
14.1 – Para os fins deste TERMO DE FOMENTO, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste TERMO DE FOMENTO.

14.2 – Os bens serão de propriedade da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL formalizar promessa de transferência da propriedade à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

O presente Termo de Fomento poderá ser:

- I. Denunciado a qualquer tempo, ficando os parceiros responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participam voluntariamente da parceria, respeitando o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
- II. Rescindido, independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
 - a) Utilização dos recursos em desacordo com o PLANO DE TRABALHO;
 - b) Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
 - c) Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;



- d) Constatação de não pagamento das obrigações patronais por parte da entidade parceira;
- e) Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

15.1 – Por ocasião os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração e Tomada de Contas Especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida do presente TERMO DE FOMENTO será efetivada por extrato, em Diário Oficial do Município.

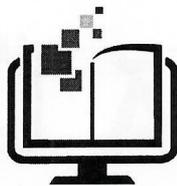
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela execução da parceria em desacordo como PLANO DE TRABALHO e com as normas desta Lei e da legislação específica, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termo de parceria, de fomento ou de Colaboração, e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- III. Declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de parceria, de fomento ou de Colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste artigo.

17.1 – A sanção estabelecida no inciso III do *caput* deste artigo é de competência exclusiva da Secretaria Municipal de Educação, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

17.2 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, bem como seus diretores, sócios, gerentes e controladores declarados impedidos de licitar e contratar com administração pública municipal, serão incluídas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar e no Cadastro de Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas – CEPIM (Decreto Federal 7592/2011).



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento de parceria rege-se pelas disposições expressas no Decreto Municipal 138/2017, Lei Federal nº 13.019/2014 e demais legislações aplicáveis e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente no que couber, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz do Decreto Municipal 138/2017, Lei Federal nº 13.019/2014 e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Fica indicado o Foro da comarca de Ibiporã, PR, para dirimir as controvérsias decorrentes da execução da parceria, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam, sendo obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa.

E, por assim estarem devidamente justos e acordados, os parceiros firmam o presente TERMO DE FOMENTO, em 03 (três) vias de igual teor e formam, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Ibiporã, PR, 13 de Agosto de 2021.


JOSE MARIA FERREIRA
Prefeito Municipal


GRACA MARIA SIMÕES LUZ
Diretora-Presidente

Testemunhas:

Nome: *Antonio Pina Noso*

CPF: *042.885.829-54*

Assinatura: 

Nome: *Maicélia S. de J.*

CPF: *042.170.199-47*

Assinatura: 



ANEXO I

MODELO

RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO Nº 01

(O relatório deve ter controle sequencial para cada parceria, conforme periodicidade estabelecida no Instrumento)

Termo de Colaboração / Fomento ou Acordo de Cooperação Nº

(Identificar com o Nome e Número do Instrumento da Parceria)

1. IDENTIFICAÇÃO DA PARCERIA

1.1. Nome da organização da sociedade civil:

1.2. Objeto da Parceria:

1.3. Período do relatório: ____/____/____ até ____/____/____

1.4. Endereço de instalação da Parceria: *(informar o endereço do local de funcionamento das atividades desenvolvidas através da respectiva Parceria)*

2. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E PROCEDIMENTOS REALIZADOS

(Descrever resumidamente as ações e procedimentos que foram realizadas no período)

2.1 Visitas in loco

(Descrever resumidamente o resultado das Visitas in loco ou informar que não foi realizada nenhuma visita no período)

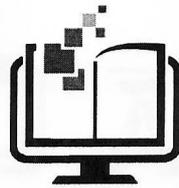
2.2 Pesquisa de Satisfação

(Descrever resumidamente o resultado da Pesquisa de Satisfação ou informar que não foi realizada nenhuma Pesquisa no período)

2.3 Análise e Manifestação de Denúncia

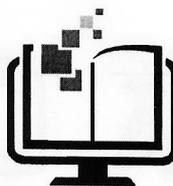


PREFEITURA DE
IBIPORÃ



**SECRETARIA
MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO**

Anexos



(Descrever resumidamente o resultado da Pesquisa de Satisfação ou informar que não foi realizada nenhuma pesquisa no período)

2.4 Outras ações e procedimentos

(No caso de terem sido realizadas outras ações e procedimentos, informar em novo subtítulo e descrever resumidamente o resultado obtido)

3. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES E METAS ESTABELECIDAS

(Transcrever a estratégia metodológica e respectivas metas defina no Plano de Trabalho aprovado)

Meta 01

Meta 02

...

4. ANÁLISE DAS ATIVIDADES REALIZADAS E DO CUMPRIMENTO DAS METAS ATÉ O PERÍODO

(Com base nas informações prestadas pela OSC e pelas demais informações obtidas pela Administração, apresentar as atividades desenvolvidas em relação a cada meta pactuada)

Meta 01

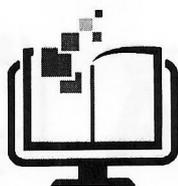
Meta 02

...

5. VALORES EFETIVAMENTE TRANSFERIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

(Quando a Parceria envolver transferência de recursos financeiros, informar a data e valor das respectivas transferências)

Data	Valor	Histórico



6. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DAS DESPESAS APRESENTADOS PELA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA PRESTAÇÃO DE CONTAS

(Quando a Parceria envolver transferência de recursos financeiros, informar as despesas realizadas pela OSC e a respectiva análise de cada documento comprobatório)

Data	Valor	Histórico	Análise

7. ANÁLISE DE EVENTUAIS AUDITORIAS

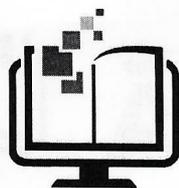
(Informar o resultado de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias)

8. CONCLUSÃO

(Apresentar as conclusões do Gestor sobre a execução da Parceria, inclusive sobre a necessidade de adoção de qualquer medida ou providências a serem tomadas para garantir a adequada execução do objeto e correta aplicação dos recursos).

Ibiporã, _____ de _____ de _____.

Gestor da Parceria



ANEXO II

MODELO

PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO

Termo de Colaboração/Fomento ou Acordo de Cooperação Nº

(Identificar com o Nome e Número do Instrumento da Parceria)

1. IDENTIFICAÇÃO DA PARCERIA

1.1. Nome da organização da sociedade civil:

1.2. Objeto da Parceria:

1.3. Período de vigência: ____/____/____ até ____/____/____

1.4. Endereço de instalação da Parceria: *(informar o endereço do local de funcionamento das atividades desenvolvidas através da respectiva Parceria)*

1.5 Dirigente:

2. DA ANÁLISE DO RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO

(Apresentar a análise dos itens citados abaixo, com o objetivo de demonstrar se o objeto da parceria foi executado de forma satisfatória, atingindo as metas estabelecidas e os resultados previstos)

2.1 Ações desenvolvidas

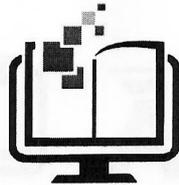
2.2 Atingimento das metas

2.3 Impacto do benefício econômico ou social obtido

2.4 Grau de satisfação do público alvo

2.5 Possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto

3. DA ANÁLISE DO RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO FINANCEIRA



COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

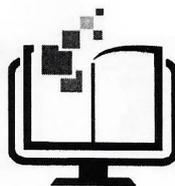
Homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação em ____/____/____

Considerações:

Assinatura

Assinatura

Assinatura



(Apresentar a análise dos itens citados abaixo, com o objetivo de demonstrar se os recursos financeiros foram aplicados adequadamente)

(Esse item somente será apresentado quando a parceria envolver a transferência de recursos financeiros, ou seja, nos Termos de Fomento e Termos de Colaboração)

3.1 Conformidade das despesas

(Apresentar análise das despesas, verificando as despesas previstas e as despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho)

3.2 Conciliação bancária

(Apresentar análise da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria)

3.3 Saldo remanescente

(Apresentar análise sobre a conformidade da devolução do saldo remanescente, quando houver)

4. OUTRAS INFORMAÇÕES

(Apresentar análise de outras informações relevantes obtidas pela Administração durante a execução da parceria, inclusive quanto a notificações, glosas e aplicação de penalidades)

5. MANIFESTAÇÃO

Apresentar a Manifestação Conclusiva do Gestor sobre a prestação de contas, através de uma das seguintes hipóteses:

- 1. Aprovação da prestação de contas, quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria, e a regularidade na aplicação dos recursos.*
- 2. Aprovação da prestação de contas com ressalvas, quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário.*
- 3. Rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial, quando houver omissão no dever de prestar contas e/ou descumprimento injustificado*

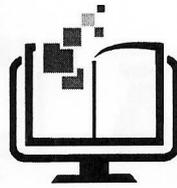
Avenida Prefeito Mário de Menezes, 1013 – Complexo Socioeducativo, Turístico e Cultural de Ibiporã.

Telefones: 3178-0390 / 3178-0391 / 3178-0393 / 3178-0394 – educacao@ibipora.pr.gov.br

CEP 86.200-000 - Ibiporã / PR



PREFEITURA DE
IBIPORÃ



**SECRETARIA
MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO**

do objeto e das metas estabelecidas no plano de trabalho e/ou dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico e/ou desfalque/desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Ibiporã, _____ de _____ de _____.

Gestor da Parceria



ANEXO III

MODELO

RELATÓRIO PARCIAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO Nº

(O relatório deve ter controle sequencial para cada parceria, conforme periodicidade estabelecida no Instrumento)

Termo de Colaboração/Fomento ou Acordo de Cooperação Nº

(Identificar com o Nome e Número do Instrumento da Parceria)

1. IDENTIFICAÇÃO DA PARCERIA

1.1. Nome da organização da sociedade civil:

1.2. Objeto da Parceria:

1.3. Período de vigência: ____/____/____ até ____/____/____

1.4. Endereço de instalação da Parceria: *(informar o endereço do local de funcionamento das atividades desenvolvidas através da respectiva Parceria)*

1.5 Dirigente:

2. DO RELATÓRIO PARCIAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO

PERÍODO DE ____/____/____ **até** ____/____/____

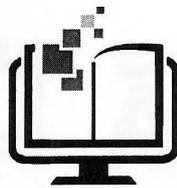
(Informar o período a que se refere a Prestação de Contas Parcial, conforme definido no Instrumento da Parceria)

2.1 Demonstração do alcance das metas

Meta	Descrição	Não cumpriu	Cumpriu Parcialmente	Cumpriu Totalmente
01				
02				
03				



PREFEITURA DE
IBIPORÃ



**SECRETARIA
MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO**

(Apresentar a avaliação de cada meta estabelecida para o período, conforme definido do Plano de Trabalho)

(No caso do não atingimento das metas, preencher item 2.4)

2.2 Ações desenvolvidas

(Descrever todas as ações desenvolvidas durante o período, de modo a evidenciar o cumprimento ou não de cada meta)

Meta 01

...

Meta 02

...

2.3 Documentos de comprovação do cumprimento do objeto

(Relacionar os documentos que serão encaminhados em anexo, como listas de presença, fotos, vídeos ou outros documentos comprobatórios)

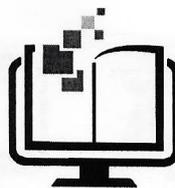
2.4 Justificativa

(Na hipótese de não cumprimento do alcance das metas, apresentar justificativa.)

Londrina, _____ de _____ de _____.

Dirigente da OSC

Responsável pela Prestação de Contas



ANEXO IV

MODELO

RELATÓRIO PARCIAL DE EXECUÇÃO FINANCEIRA Nº

(O relatório deve ter controle sequencial para cada parceria, conforme periodicidade estabelecida no Instrumento)

Termo de Colaboração/Fomento ou Acordo de Cooperação Nº

(Identificar com o Nome e Número do Instrumento da Parceria)

1. IDENTIFICAÇÃO DA PARCERIA

1.1. Nome da Organização da Sociedade Civil:

1.2. Objeto da Parceria:

1.3. Período de vigência: ____/____/____ até ____/____/____

1.4. Endereço de instalação da Parceria: *(informar o endereço do local de funcionamento das atividades desenvolvidas através da respectiva Parceria)*

1.5 Dirigente:

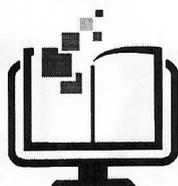
2. DO RELATÓRIO PARCIAL DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

PERÍODO DE ____/____/____ até ____/____/____

(Informar o período a que se refere a Prestação de Contas Parcial, conforme definido no Instrumento da Parceria)

2.1. Relação das Receitas e Despesas realizadas

RECEITAS			
	DATA	VALOR	DESCRIÇÃO
1.			



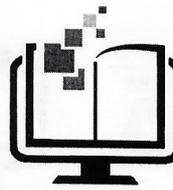
2.			
3.			

(No item "Descrição" informar a origem da receita, no caso de transferência do município informar o nº da parcela e no caso de rendimentos informar o período que se refere)

DESPESAS					
	DATA EMISSÃO DF	DATA PAGAMENTO DF	DOCUMENTO FISCAL	CREDOR	VALOR
Especificação da Despesa - 01					
01					
02					
03					
04					
Total					
Especificação da Despesa - 02					
05					
06					
07					
Total					
Especificação da Despesa - 03					
08					
09					
10					
Total					

(As despesas deverão ser informadas individualmente, por cada documento fiscal, no respectivo título, em ordem cronológica crescente.

DATA EMISSÃO DF: Informar a data de emissão, conforme consta no Documento Fiscal.



DATA PAGAMENTO DF: Informar a data em que ocorreu o pagamento, conforme comprovante e registro no extrato bancário.)

Especificação da Despesa: Inserir um título para tipo de despesa, conforme constar no Plano de Trabalho.

2.2. Memória de cálculo do rateio de despesas

(Deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, vedada a duplicidade ou sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela)

2.3. Relação dos Bens adquiridos, produzidos ou transformados

Nº de controle	Descrição	Valor	Tipo	Destinação

(Na coluna "TIPO" informar se o bem foi adquirido, produzido ou transformado.

Na coluna "DESTINAÇÃO", informar qual será a destinação dos bens após a extinção da Parceria, conforme estabelecido no Instrumento.

Na coluna "Nº de Controle" a OSC deve identificar o bem com o nº ou código para facilitar o controle e localização do bem no momento da destinação).

2.4. Anexos

(Informar quais os documentos que seguem em anexo, sendo no mínimo:

1. Extrato de conta bancária específica;
2. Cópias simples de documentos fiscais, recibos ou outros documentos comprobatórios de pagamento. No documento fiscal deve conter no mínimo as seguintes informações: data do documento, valor, dados da Organização da Sociedade Civil e do fornecedor, indicação do produto ou serviço, e os dados de identificação do instrumento da parceria.)



PREFEITURA DE
IBIPORÃ



**SECRETARIA
MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO**

Londrina, _____ de _____ de _____.

Dirigente da OSC

Responsável pela Prestação de Contas

3. DECLARAÇÃO

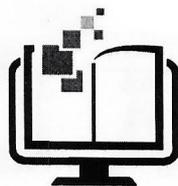
Na qualidade de representante legal do proponente, declaro para os devidos fins, que o valor transferido pela Prefeitura Municipal de Ibiporã, na importância de R\$ _____ foi utilizada de acordo com os fins propostos no Termo *(de Colaboração/Fomento ou Acordo de Cooperação)* n° _____/_____, obedecendo o Plano de Trabalho e que as despesas estão devidamente contabilizadas.

Londrina, _____ de _____ de _____.

Dirigente da OSC

Nome do representante

RG do representante



ANEXO V

MODELO

RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Termo de Colaboração/Fomento ou Acordo de Cooperação Nº

(Identificar com o Nome e Número do Instrumento da Parceria)

1. IDENTIFICAÇÃO DA PARCERIA

1.1. Nome da Organização da Sociedade Civil:

1.2. Objeto da Parceria:

1.3. Período de vigência: ____/____/____ até ____/____/____

1.4. Endereço de instalação da Parceria: *(informar o endereço do local de funcionamento das atividades desenvolvidas através da respectiva Parceria)*

1.5 Dirigente:

2. DO RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. Demonstração do alcance das metas

Meta	Descrição	Não cumpriu	Cumpriu Parcialmente	Cumpriu Totalmente
01				
02				
03				

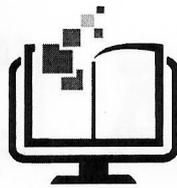
(Apresentar a avaliação de cada meta estabelecida conforme definido do Plano de Trabalho)

(No caso do não atingimento das metas, preencher item 2.4)

Ações desenvolvidas



PREFEITURA DE
IBIPORÃ



**SECRETARIA
MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO**

(Descrever todas as ações desenvolvidas durante o período, de modo a evidenciar o cumprimento ou não do objeto)

Meta 01

...

Meta 02

...

2.2. Documentos de comprovação do cumprimento do objeto

(Relacionar os documentos que serão encaminhados em anexo, como listas de presença, fotos, vídeos ou outros documentos comprobatórios)

2.3. Justificativa

(Na hipótese de não cumprimento do alcance das metas, apresentar justificativa)

2.4. Impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas

(O que o desenvolvimento da Parceria impactou no meio onde foi desenvolvido)

2.5. Grau de satisfação do público alvo

(Poderá ser buscado através de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local, declaração do Conselho de Política setorial, ou outro meio de coleta de informações)

2.6. Possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto

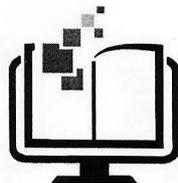
(Análise da possibilidade da continuidade das ações realizadas)

Londrina, _____ de _____ de _____.

Dirigente da OSC

Responsável pela Prestação de Contas

Avenida Prefeito Mário de Menezes, 1013 – Complexo Socioeducativo, Turístico e Cultural de Ibiporã.
Telefones: 3178-0390 / 3178-0391 / 3178-0393 / 3178-0394 – educacao@ibipora.pr.gov.br
CEP 86.200-000 - Ibiporã / PR



ANEXO VI

MODELO

RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

Termo de Colaboração/Fomento ou Acordo de Cooperação Nº ...

(Identificar com o Nome e Número do Instrumento da Parceria)

1. IDENTIFICAÇÃO DA PARCERIA

1.1. Nome da Organização da Sociedade Civil:

1.2. Objeto da Parceria:

1.3. Período de vigência: ____ / ____ / ____ até ____ / ____ / ____

1.4. Endereço de instalação da Parceria: *(informar o endereço do local de funcionamento das atividades desenvolvidas através da respectiva Parceria)*

1.5 Dirigente:

2. DO RELATÓRIO PARCIAL DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

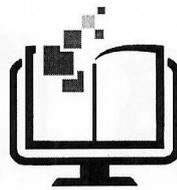
PERÍODO DE ____ / ____ / ____ até ____ / ____ / ____

(Informar o período a que se refere a Prestação de Contas Parcial, conforme definido no Instrumento da Parceria)

2.1. Relação das Receitas e Despesas realizadas

	RECEITAS		
	DATA	VALOR	DESCRIÇÃO
1.			
2.			
3.			

(No item "Descrição" informar a origem da receita, no caso de transferência do município informar o nº da parcela e no caso de rendimentos informar o período que se refere)



DESPESAS					
	DATA EMISSION DF	DATA PAGAMENTO DF	DOCUMENTO FISCAL	CREDOR	VALOR
Especificação da Despesa - 01					
01					
02					
03					
04					
Total					
Especificação da Despesa - 02					
05					
06					
07					
Total					
Especificação da Despesa - 03					
08					
09					
10					
Total					

As despesas deverão ser informadas individualmente, por cada documento fiscal, no respectivo título, em ordem cronológica crescente.

DATA EMISSÃO DF: Informar a data de emissão, conforme consta no Documento Fiscal.

DATA PAGAMENTO DF: Informar a data em que ocorreu o pagamento, conforme comprovante e registro no extrato bancário.

Especificação da Despesa: Inserir um título para tipo de despesa, conforme constar no Plano de Trabalho.

2.2. Memória de cálculo do rateio de despesas



(Deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, vedada a duplicidade ou sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela)

2.3. Relação dos Bens adquiridos, produzidos ou transformados

Nº de controle	Descrição	Valor	Tipo	Destinação

(Na coluna "TIPO" informar se o bem foi adquirido, produzido ou transformado.

Na coluna "DESTINAÇÃO", informar qual será a destinação dos bens após a extinção da Parceria, conforme estabelecido no Instrumento.

Na coluna "Nº de Controle" a OSC deve identificar o bem com o nº ou código para facilitar o controle e localização do bem no momento da destinação).

2.4. Anexos

(Informar quais os documentos que seguem em anexo, sendo no mínimo:

1. Extrato de conta bancária específica;

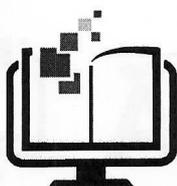
2. Cópias simples de documentos fiscais, recibos ou outros documentos comprobatórios de pagamento. No documento fiscal deve conter no mínimo as seguintes informações: data do documento, valor, dados da Organização da Sociedade Civil e do fornecedor, indicação do produto ou serviço, e os dados de identificação do instrumento da parceria.

3. Cópia do comprovante de devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, se for o caso)

Londrina, _____ de _____ de _____.

Dirigente da OSC

Responsável pela Prestação de Contas



3. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro para os devidos fins, que o valor transferido pela Prefeitura Municipal de Ibiporã, na importância de R\$ _____ foi utilizada de acordo com os fins propostos no Termo *(de Colaboração/Fomento ou Acordo de Cooperação)* nº ____/____, obedecendo o Plano de Trabalho e que as despesas estão devidamente contabilizadas.

Londrina, _____ de _____ de _____

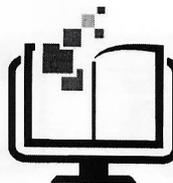
Dirigente da OSC

Nome do representante

RG do representante



PREFEITURA DE
IBIPORÃ



**SECRETARIA
MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO**

ANEXO VII

MODELO

DECLARAÇÃO DE GUARDA DOS DOCUMENTOS ORIGINAIS

Termo de Colaboração/Fomento ou Acordo de Cooperação Nº

(Identificar com o Nome e Número do Instrumento da Parceria)

Unidade Executora:

(Identificar com o Nome da Organização da Sociedade Civil Parceira)

Declaramos, para os devidos fins de direito, que a documentação original comprobatória das despesas relativas à execução da parceria referente ao Termo de *(Colaboração/Fomento ou Acordo de Cooperação)* nº _____ / _____, de _____ / _____ / _____, conforme consta na relação de pagamentos do Relatório Final de Execução Financeira, encontram-se guardados, arquivados em boa ordem e conservação, identificados e à disposição da Prefeitura Municipal de Ibiporã/PR, para fins de auditoria, em qualquer época, dentro dos prazos legais de prescrição.

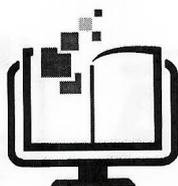
Comprometemo-nos a mantê-los guardados, pelo prazo de 10 (dez) anos, conforme exige o art. 68, §2º da Lei Federal nº 13.019/2014.

Londrina, _____ de _____ de _____.

Dirigente da OSC

Nome do representante

RG do representante



ANEXO VIII

MODELO

OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ofício nº/2021

Londrina/PR, ____ de _____ de 2021.

Ilma. Sra.

Josilaine Amancio Corcóvia

Gestora do Fomento

Assunto: Prestação de Contas do Termo de Colaboração/Fomento ou Acordo de
Cooperação nº/....., parcela

Prezada Senhora

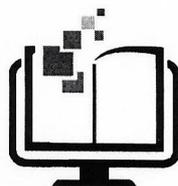
(Identificação da OSC), inscrito no CNPJ nº....., com endereço na rua
....., bairro....., CEP , vem à presença de Vossa Excelência para encaminhar a
prestação de contas parcial (*trocar para: final, quando for a prestação de contas
final*) do Termo de Fomento, firmado no dia de de, com o Município de
Ibiporã, tendo por objeto (*informar o objeto conforme o Termo de Fomento*), (*informar
de qual parcela se refere a prestação de contas*) parcela, no valor de R\$
....., recebida no diadede 2021.

Esta prestação de contas está composta dos seguintes documentos:

- Relatório Parcial de Execução do Objeto (*trocar para: Final, quando for a Prestação de Contas Final*);
- Documentos de comprovação do cumprimento do objeto;



PREFEITURA DE
IBIPORÃ



**SECRETARIA
MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO**

- Relatório Parcial de Execução Financeira (*trocar para: Final, quando for a Prestação de Contas Final*);
- Extrato bancário da conta específica, evidenciando a movimentação dos recursos no período;
- Cópias simples de documentos fiscais, recibos ou outros documentos comprobatórios de pagamento;
- Reprogramação da aplicação da parcela dos recursos porventura não aplicados no período estabelecido no plano de trabalho. (*se for o caso*)

Dirigente da OSC